

Fusão cria maior banca de advogados

Escritório tem cliente como a Vale, Albras, Big Ben, Hilton, Unimed, Coca-Cola e Credicard

Carmem Passos
de Belém

Os sócios dos escritórios de advocacia Silveira, Athias, Soriano de Melo, Guimarães & Pinheiro e Scaff, Brandão & Associados estão em meio a um dilema: o de encontrar um nome para uma banca de advogados. A dificuldade não é a de acomodar o ego dos oito sócios do maior escritório de advocacia da região Norte do País, e sim de associar uma exigência do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) à necessidade de dar nome sonoro ao escritório resultante da fusão já feita na prática e que só falta ser formalizada.

“Estamos tentando encontrá-lo. O princípio da veracidade, previsto no Estatuto da Ordem, não permite aos advogados usar o nome de sociedades e de fantasia”, explica Jorge Alex Athias, um dos fundadores do Silveira, Athias “& Cia”. “Esse não é um problema só nosso. Os grandes escritórios de São Paulo já passaram por isso”, emendou.

Ao informar que este é problema comum em praças do porte de São Paulo, Athias chega ao “x” da questão. Esse tipo de preocupação chama atenção na região Norte, em especial no Pará, porque por aqui não se vê uma banca desse tamanho. Um dezena ou até dúzia de advogados trabalhando juntos até é possível encontrar.

Com a fusão dos dois escritórios, a banca passa a ter 33 advogados, número igual de estagiários, além de duas dúzias de funcionários em funções tipo auxiliar de escritório, atendentes e outros. Todavia, o peso nesse tipo de profissão não se mede só pelo número de integrantes, mas muito mais pelo portfólio de clientes e currículo dos seus integrantes.

Athias e Fernando Facury Scaff são reticentes em falar sobre o primeiro grupo. Basta, porém, dar uma olhada no Diário Oficial da Justiça para se ver o nome deles associados a causas como as da maior mineradora de ferro do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), de coligadas, associadas e controladas da ex-estatal, tais como a Albras, a maior no setor de alumínio da América Latina; a Alu-

norte, a Mineração Rio do Norte (MRN) e a Docenave. A lista não termina aí: Shell, Casa Granado, redes de farmácia Big Ben e Emifarma, Hilton Belém, Unimed, Companhia Paraense de Refrigerante (empresa do Grupo Simões, que engarrafa Coca-Cola na Amazônia), Credicard e outros somam-se a elas.

No quesito currículo, também não deixam a desejar. Scaff tem doutorado em Direito Econômico e Tributário

pela Universidade de São Paulo (USP) e é autor do livro “Responsabilidade do Estado Intervencionista” (Saraiva, São Paulo, 1990) e organizou “Ordem Econômica e Social”, feito a 36 mãos (LTR, São Paulo, 1999). Jorge Alex, além de Secretário de Fazenda do governo Almir Gabriel, foi procurador-geral do

Pará. Ambos dão aula na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os demais “meninos” (a maioria está abaixo de 40 anos e assim costuma ser tratada pelos colegas mais antigos) não ficam atrás. Reinaldo Silveira, a exemplo de Pedro Bentes e Gilberto Guimarães, exerceu o cargo de procurador-geral do Estado. Silveira é autor de “Práticas Mercantis no Código de Defesa do Consumidor” (Juruá, Curitiba, 1998). Em resumo: a banca terá um doutor, dois mestres e três especialistas.

A idéia de fusão sustenta-se no que Jorge Alex definiu como “especialização totalizante”. O cliente não encontrará ali um clínico geral, mas também não vai a um local onde só terá especialista em pulmão. A banca propõe-se a trabalhar afinada em: tributário, direito do trabalho, civil e comercial, consumidor e meio ambiente. A todas elas associadas à palavra “correlatos”. Isso

significa que podem defender um empresário denunciado por crime de sonegação ou danos ao meio ambiente, mas não de um crime passional.

Athias chama atenção para um detalhe: “Exercemos também a advocacia de orientação, e não só de litígio”. Até segunda ordem, o escritório continua funcionando em dois prédios, ambos localizados no bairro de Nazaré e próximos ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e à Federação das Indústrias do

Pará (Fiepa). Dois outros escritórios foram montados em São Luís e Brasília. O próximo será em Manaus.

Conforme Scaff, os 125 milhões de hectares de área do Pará e a clientela potencial não ficaram pequenos demais para eles. “A expansão para além das fronteiras é porque alguns de nossos clientes têm negócios em outros estados”, comentou o tributarista.



Jorge Alex Athias



Fernando Facury Scaff

Tradição cede lugar à dedicação e competência

Os oito sócios dos escritórios Silveira, Athias, Soriano de Melo, Guimarães & Pinheiro e Scaff, Brandão Associados têm pelo menos uma característica em comum. Nenhum deles deita hoje em cama feita pelos pais e avós. Eles construíram nome na praça ao preço do suor atrás de processos em fórum e tribunais e debruçando-se sobre livros e códigos.

“Meu pai era advogado, mas se precisasse de um tinha que contratar”, recorda Jorge Alex Athias, informando que seu pai dedicou-se à carreira acadêmica. O pai dos irmãos Soriano de Melo formou-se em Direito, mas exerceu a profissão de juiz. Para Athias e Scaff, a profissão de advogado é uma das que mais permitem mobilidade social, tradução possível para o “popular subir na vida”, apesar de o Brasil ter um verdadeiro exército de bacharéis em Direito - advogado em quem exerce a profissão.

O professor Paulo Lobo, da Universidade Federal de Alagoas e membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB, informa que “44

mil novos profissionais são lançados no mercado de trabalho” todos os anos. “Esse número aumentará ano a ano, porque muitos cursos novos ainda não graduaram suas primeiras turmas. Os últimos dados apontam para 270 cursos no Brasil, comparados com os 181 credenciados pela American Bar Association nos Estados Unidos”, diz num trecho de um artigo que vai ser publicado nos Cadernos de Pós-Graduação em Direito da UFPA.

Scaff, que é membro da comissão do Exame Nacional de Cursos (ENC), o “provão” do Ministério da Educação (MEC), informou que pesquisa feita em 99 indica que 60% dos concluintes dos cursos de Direito esperam seguir carreira no serviço público (juiz, promotor, procurador, por exemplo), 20% exercer a advocacia e módicos 2%, o magistério.

Não há segundo eles, outra fórmula de sucesso que não seja o “estudo”, “trabalho” e “compromisso ético”. O ex-promotor de Justiça Clodomir Araújo receita a mesma fórmula e com uma “vantagem”: veio

de família muito pobre. “A tradição de família hoje em dia não é o que vale tanto”, garante. Ele vendeu picolé quando criança, foi “office-boy” e balconista na adolescência e hoje, aos 46 anos, desistiu de chegar a ser procurador do Ministério Público e voltou à advocacia.

Outro ponto em comum, não só em relação aos advogados dos dois escritórios que estão sendo fundidos mas a categoria com um todo, é o tema dinheiro. Athias e Scaff dizem que não fazem parte do rol de escritórios que escolhem as causas pelo valor. Clodomir se recusa a comentar valores, mas dá uma dica: “Eu não estou bem como Américo Leal, que comprou aviões para viajar para o interior”, contrapôs numa referência ao criminalista que construiu fama reduzindo penas ou absolvendo cliente como Salvador Chamon, irmão dos ex-prefeito de Curionópolis e que matou um homem na frente das câmaras de TV em Marabá; e o coronel Mário Colares Pantoja, comandante da operação que resultou na morte de 19 sem-terra.